



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SEÇÃO DE TRANSPORTES**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

1.1 Contratação de serviço de locação de veículos com motoristas, a ser prestado por pessoa física ou jurídica, para atender os Cartórios Eleitorais do interior do Estado no pleito eleitoral de 2022, conforme condições e especificações constantes deste Termo de Referência.

1.2 Para contratação de pessoa física, o veículo deverá pertencer, preferencialmente, ao CONTRATADO, caso contrário, esse deverá possuir autorização específica, conforme item 5.1 infra.

1.2.1 A licitante pessoa física só poderá firmar contrato com um veículo.

1.3 Para contratação de pessoa jurídica, essa deverá comprovar que possui os veículos nas quantidades necessárias ao atendimento da demanda contratada.

**2. JUSTIFICATIVA**

2.1 Em ano eleitoral, nos meses que antecedem ao pleito, é imprescindível, nos trabalhos de organização e execução das eleições no interior de Estado, a contratação de serviço de locação de veículo com motorista para a condução dos servidores da Justiça Eleitoral, haja vista a inexistência de carros oficiais nas zonas eleitorais.

2.2 Em função da inexistência de empresa especializada na locação de veículos com motorista na maioria dos municípios do interior mostra-se necessária a possibilidade de contratação de pessoa física para auxiliar na execução das atividades indispensáveis à realização das Eleições 2022.

2.3 A presente aquisição compõe o Planejamento Integrado das Eleições 2022.

**3. CARACTERÍSTICAS DOS VEÍCULOS**

3.1 **Tipo lotação:** veículo com capacidade para transportar, no mínimo, 8 (oito) passageiros mais o motorista e em boas condições de uso.

3.1.1 Havendo necessidade de transporte de pequenos volumes, o banco traseiro deverá ser retirado.

3.2 **Tipo utilitário:** veículo com capacidade para 4 (quatro) passageiros, excluído o motorista, capacidade volumétrica da caçamba de, no mínimo, 0,8 m³ e em boas condições de uso.

3.3 **Tipo passeio:** veículo com capacidade para 4 (quatro) passageiros, excluído o motorista e em boas condições de uso.

**4. QUANTIDADES ESTIMADAS**

4.1 A contratação objeto deste projeto será discriminada conforme o ANEXO I, quanto à zona eleitoral, ao quantitativo e tipo de veículo (conforme descrito no item 3 supra) bem como ao quantitativo estimado de diárias.

4.2 As diárias deverão ser utilizadas conforme as necessidades dos cartórios eleitorais.

4.3 Os preços de referência são: R\$ 322,40\* (trezentos e vinte e dois reais e quarenta centavos) para Van/Kombi/Utilitário e R\$ 210,26\* (duzentos e dez reais e vinte e seis centavos) para veículo de passeio.

\* Dados fornecidos pela SEPEL (doc. PAD n.º 186098/2021).

## 5. ESPECIFICAÇÕES DA CONTRATAÇÃO

5.1 O veículo deverá, preferencialmente, pertencer ao motorista contratado. A utilização de veículos de terceiros somente será permitida mediante apresentação, por ocasião da licitação, além da documentação do veículo, de instrumento particular com firma reconhecida, onde deverá constar que o motorista detém a posse do veículo pelo período de validade do contrato e que este será utilizado para os fins constantes neste Termo de Referência. Deverá constar, ainda, cláusula em que o cedente desobriga o cessionário e o TRE de qualquer ônus oriundo da utilização do bem na prestação do serviço.

5.1.1 Será permitida a substituição do veículo, quando da ocorrência de problemas que impossibilitem a sua utilização, desde que o veículo seja do mesmo tipo do inicialmente contratado. Bastando, para isso, que a CONTRATADA apresente ao Gestor do Contrato a documentação de que trata o item 4.1 supra, juntamente à justificativa correspondente.

5.2 A diária terá duração de 8 (oito) horas, excluído o intervalo para refeição. Caso esse tempo seja ultrapassado ou não utilizado na sua totalidade em um dia, poderá haver a compensação pela correspondente diminuição ou acréscimo do tempo da diária em outro dia, desde que não seja ultrapassado o limite máximo de 10 (dez) horas no dia e 40 (quarenta) horas na semana, com exceção do dia do pleito, quando esse limite de 10 (dez) horas poderá ser ultrapassado.

5.2.1 O chefe de cartório deverá gerir um banco de horas, zelando para que o limite de diárias contratadas (conforme ANEXO I) não seja ultrapassado, sob nenhuma hipótese.

5.3 As diárias poderão ser utilizadas em dias consecutivos ou alternados, respeitando-se sempre as condições e os limites impostos nos itens 5.2 supra.

5.4 O horário de apresentação e liberação do veículo, inclusive o de refeição do motorista, será de acordo com as necessidades dos Cartórios Eleitorais, mas sempre respeitando o tempo estabelecido para diária.

5.5 Será emitido formulário (Anexo II) para controle do tempo e quilômetros rodados do veículo, quando efetivamente à disposição do TRE/CE. As diárias serão pagas de acordo com o que for registrado no formulário, o qual não poderá conter rasuras e deverá estar devidamente assinado pelo motorista e chefe de cartório.

5.6 Os veículos serão abastecidos pelo TRE de acordo com a quilometragem registrada no formulário de controle mencionado no item 5.5 supra. Para o cálculo será estabelecido a média de consumo **8km/l** (oito quilômetros por litro).

## 6. JULGAMENTO

6.1 Será considerada vencedora a proposta com o menor valor de diária para um mesmo tipo de veículo em uma mesma Zona Eleitoral.

## 7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 A CONTRATANTE deverá:

- I. acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;
- II. assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho, através do Gestor do Contrato;
- III. documentar as ocorrências havidas;
- IV. aplicar aos CONTRATADOS as penalidades regulamentares e contratuais;
- V. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos CONTRATADOS necessários à execução do Contrato;
- VI. efetuar os pagamentos devidos.

7.2 OS CONTRATADOS deverão:

- I. manter, durante toda execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas, sob pena de multa, rescisão contratual e desobrigação de pagamento pela CONTRATANTE;
- II. manter os veículos limpos e providenciar as manutenções (preventiva e/ou corretiva) necessárias;
- III. fornecer ao TRE-CE: cópia da carteira nacional de habilitação condizente com o tipo do veículo a ser conduzido; informação de marca, modelo, ano e placa do veículo a ser utilizado no serviço; documentação do veículo devidamente regularizada junto ao DETRAN e à SEFAZ (IPVA);
- IV. arcar com todos os custos referentes a colisões, roubo, furto do automóvel, franquias de seguros, bem como infrações de trânsito cometidas durante a prestação dos serviços;
- V. responder por todos os danos materiais e/ou pessoais causados ao contratante e/ou a terceiros em decorrência da sua atuação;
- VI. prestar os serviços objetos da presente licitação, obedecendo às disposições legais e regulamentos pertinentes;
- VII. providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto aos serviços contratados;
- VIII. providenciar abertura de conta bancária pessoal para o recebimento do pagamento, a ser informado à CONTRATANTE na assinatura do contrato.

## 8. PAGAMENTO

8.1 Após verificado que o serviço se encontra de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal (ou de recibo atestado pelo Chefe de Cartório, no caso de contratação de pessoal física), de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento de cada parcela, exceto os pagamentos decorrentes de despesas até R\$.17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

8.2 As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is), em duas vias.

8.3 Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012.

8.4 O pagamento será dividido em duas parcelas, sendo a primeira referente às 10 (dez) diárias iniciais, e a segunda correspondente às diárias restantes.

## 9. PENALIDADES

9.1 A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

9.2 O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da nota de empenho em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho em caso de descumprimento total das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- d) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da diária de cada carro, por hora corrida de atraso injustificado no cumprimento dos prazos de entrega previstos neste Termo de Referência;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

- f) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7.º da lei n.º 10.520/2002.
- g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993.

9.3 Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

9.4 As sanções estabelecidas nos itens 9.2.a, 9.2.e, 9.2.f e 9.2.g poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com aquelas previstas nos itens 9.2.b e 9.2.c, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9.5 Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

9.6 Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada à CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei n.º 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

9.7 Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicadas resumidamente no Diário Oficial da União.

## 10. VIGÊNCIA E PREÇO

10.1 O Contrato terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2022, com termo inicial a partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início em dia de expediente.

10.2 O preço contratado será fixo e irreajustável. Define-se como preço o valor unitário das diárias.

## 11. EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração, especialmente pelo servidor designado como Gestor do Contrato.

11.2 O **Chefe de Cartório** será designado **Gestor do Contrato** de locação de veículos da sua respectiva Zona Eleitoral.

11.3 A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus gestores.

11.4 A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com as especificações deste Termo de Referência.

11.5 Quaisquer exigências da CONTRATANTE, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.

Fortaleza, 29 de Junho de 2021

**João Rafael Souto dos Santos**  
Chefe da Seção de Transportes

**Benedito Sérgio Monte Silva Coelho**  
Secretário de Administração

# ANEXO I

## PLANILHA DE DIÁRIAS DOS VEÍCULOS CONTRATADOS PARA AS ZONAS DO INTERIOR

Período de Contratação: 11/07/2022 a 31/10/2022 para o 1º e 15/08/2022 a 31/10/2022 para o 2º e 3º veículos

Quantidade de Diárias por veículo: 25 diárias para o 1º e 15 diárias para o 2º e o 3º veículos

ZE	MUNICÍPIO-SEDE	1º Veículo	Quantidade e de diárias 1º veículo	2º Veículo	Quantidade e de diárias 2º veículo	3º Veículo	Quantidade de diárias 3º veículo
4	Maranguape	Van/Kombi	25	Passeio	15	Passeio	15
5	Baturité	Utilitário	25	Passeio	15	Passeio	15
6	Quixadá	Van/Kombi	25	Passeio	15	Passeio	15
8	Aracati	Van/Kombi	25				
9	Russas	Van/Kombi	25	Passeio	15		
10	Jaguaribe	Van/Kombi	25	Passeio	15	Passeio	15
11	Quixeramobim	Utilitário	25	Passeio	15		
15	Icó	Utilitário	25	Passeio	15	Passeio	15
16	Missão Velha	Van/Kombi	25				
19	Tauá			Passeio	15	Passeio	15
20	Crateús	Van/Kombi	25				
21	Ipu	Van/Kombi	25				
22	São Benedito	Van/Kombi	25	Passeio	15		
23	Uruburetama	Utilitário	25	Passeio	15	Passeio	15
25	Granja					Passeio	15
26	Milagres	Van/Kombi	25				
27	Crato	Utilitário	25				
28	Juazeiro do Norte	Van/Kombi	15				
31	Barbalha	Van/Kombi	25	Passeio	15		
33	Canindé					Passeio	15
35	Viçosa do Ceará	Utilitário	25	Passeio	15		
36	São Gonçalo do Amarante			Passeio	15		
40	Ipueiras	Van/Kombi	25	Passeio	15		
43	Jucás	Utilitário	25	Passeio	15	Passeio	15
45	Massapê	Utilitário	25	Passeio	15		
47	Morada Nova	Van/Kombi	25	Passeio	15		
49	Pacajus	Van/Kombi	25	Passeio	15		
50	Pentecoste	Utilitário	25				
52	Redenção	Van/Kombi	25	Passeio	15	Passeio	15
54	Santa Quitéria	Van/Kombi	25	Passeio	15		
55	Solonópole	Utilitário	25	Passeio	15	Passeio	15
57	Pacatuba	Van/Kombi	25	Passeio	15		
59	Pedra Branca			Passeio	15		
60	Acopiara	Utilitário	25				

61	Tamboril	Utilitário	25	Passeio	15		
62	Várzea Alegre	Van/Kombi	25				
63	Boa Viagem	Passeio	25	Utilitário	15		
66	Aquiraz	Van/Kombi	25	Passeio	15		
67	Aracoiaba			Passeio	15		
68	Araripe	Utilitário	25	Passeio	15		
69	Aurora	Utilitário	25				
70	Brejo Santo	Van/Kombi	25	Passeio	15	Passeio	15
71	Caririaçu	Van/Kombi	25				
72	Jaguaratama			Passeio	15		
73	Ibiapina	Van/Kombi	25	Passeio	15		
74	Guaraciaba do Norte	Utilitário	25	Passeio	15		
75	Jaguaruana	Utilitário	25	Passeio	15		
76	Mauriti	Utilitário	25				
78	Horizonte					Passeio	15
79	Reriutaba	Van/Kombi	25	Passeio	15	Passeio	15
81	Tianguá	Van/Kombi	25	Passeio	15		
84	Beberibe	Utilitário	25	Passeio	15		
92	Barro	Van/Kombi	25	Passeio	15	Passeio	15
96	Bela Cruz	Utilitário	25	Passeio	15		
101	Aiuaba	Utilitário	25	Passeio	15		
104	Maracanaú	Van/Kombi	25	Passeio	15		
105	Capistrano	Utilitário	25			Passeio	15
111	Caridade	Van/Kombi	25				
119	Juazeiro do Norte	Van/Kombi	25				
121	Sobral					Passeio	15
122	Maracanaú	Van/Kombi	25	Passeio	15		
123	Caucaia			Passeio	15		

\* A 30ªZE/CE-Acaraú dispensou os veículos contratados pelo TRE-CE.



**ANEXO II**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ**  
**VEÍCULO \_\_\_\_ª ZE – ELEIÇÕES 2022**

**CONTROLE DE CIRCULAÇÃO DE VEÍCULO**

	TURNO 1		INTERVALO				TURNO 2		KM do DIA	ASSINATURA
Data	Início (h)	Km	Hora	Km	Hora	Km	Fim (h)	Km		
	:		:		:		:			
	:		:		:		:			
	:		:		:		:			
	:		:		:		:			
	:		:		:		:			
	:		:		:		:			
	:		:		:		:			
	:		:		:		:			
	:		:		:		:			
	:		:		:		:			
	:		:		:		:			
	:		:		:		:			
	:		:		:		:			
	:		:		:		:			
	:		:		:		:			

Motorista: \_\_\_\_\_ CNH nº: \_\_\_\_\_

Veículo: \_\_\_\_\_ Placas: \_\_\_\_\_ Assinatura Chefe de Cartório: \_\_\_\_\_

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 30/06/2022 08:36:09

Por: JOAO RAFAEL SOUTO DOS SANTOS e outro

**TRE**